



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

EDITAL DE LICITAÇÃO ¹

EDITAL	90004/2026
PROCESSO:	20.02.0900.0000298/2024-97
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço, sob demanda, de perícia médica e junta médica oficial de membros e servidores lotados na PRT 9ª Região, conforme Edital e Anexos.
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS	SIM.
MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM	NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor preço
MODO DE DISPUTA:	Aberto
VALOR ANUAL TOTAL ESTIMADO:	R\$ 176.911,00
DATA DA SESSÃO:	12/06/2026, às 10h30
LOCAL ELETRÔNICO:	www.comprasnet.gov.br
UASG:	200054
REFERÊNCIA DE TEMPO:	horário oficial de Brasília/DF
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:	prt09.cpl@mpt.mp.br
RESPOSTA DE CONSULTAS:	www.comprasnet.gov.br
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, legislação aplicável e condições estabelecidas neste Edital.	

ÍNDICE

- 1. OBJETO**
- 2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 3. ORÇAMENTO ESTIMADO**
- 4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7. FASE DE JULGAMENTO**
- 8. FASE DE HABILITAÇÃO**
- 9. TERMO DE CONTRATO**
- 10. RECURSOS**
- 11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 13. DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 14. ANEXOS**

¹ Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Modelo de Edital - Lei nº 14.133/2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação. Atualização: NOV/2025.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, por meio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), instituída pela Portaria PRT 9ª nº 6/2026, torna público que, na data e horários estabelecidos na folha de rosto, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as exigências estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

- 1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço, sob demanda, de perícia médica, junta médica oficial de membros, servidores lotados na Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região nos municípios de Curitiba, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama, além de seus familiares ou outras pessoas eventualmente encaminhadas pela CONTRATANTE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2.** A licitação será realizada em 10 (dez) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6.** A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 2.7.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.8.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.
- 2.9.** Não poderão disputar esta licitação:
- 2.9.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s).
 - 2.9.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.9.3.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.9.4.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
 - 2.9.5.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
 - 2.9.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 2.9.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 2.9.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.
 - 2.9.9.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.9.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 2.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 2.11.** O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.12.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.13.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.14.** O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.15.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.16.** A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1.** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

- 4.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.
- 4.3.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
 - 4.5.1.** A assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.6.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:
 - 4.6.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.6.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.6.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.6.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 4.6.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.6.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.6.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.6.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.14.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 4.15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.16.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário total do item.**
- 5.1.2.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 5.11.** Considerando o critério de julgamento “menor preço”, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário total do item.**
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1 % (um por cento)**.
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”.
- 6.11.** No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.19.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 6.19.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 6.19.2.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.19.3.** Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 6.19.4.** O inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 não será aplicado porque depende de regulamentação.
- 6.20.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.1.** empresas brasileiras.
 - 6.20.2.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 6.20.3.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 6.21.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, conforme Acórdão TCU nº 723/2024.
- 6.21.1.1.** Será informado no chat da sessão pública, a data, hora e local do sorteio, a ser realizado no site sorteio.com (ou outro compatível), com transmissão ao vivo pela plataforma Teams ou outra plataforma de streaming;
 - 6.21.1.2.** Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.22.4.** O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.22.5.** É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:
 - 6.22.5.1.** por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante prévia justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação (antes de findo o prazo consignado no item anterior);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 6.22.5.2.** de ofício, a critério do Pregoeiro/Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.
- 6.22.6.** O desatendimento a esta convocação do item anterior – incluindo documentos complementares, eventualmente convocados –, ensejará em desclassificação da proposta.
- 6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.9 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1.** SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
 - 7.1.2.** CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
 - 7.1.3.** CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas.
 - 7.1.4.** TCU – Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
 - 7.1.5.** CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.
- 7.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1.** A consulta no CEIS e CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada Lei.
 - 7.2.2.** A consulta prévia ao Cadin é obrigatória para a contratação, nos termos da Lei nº 10.522/2022 (art. 6º e 6-A) alterada pela Lei nº 14.973/2024.
- 7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis.
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é **indício** de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 7.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12.** O Pregoeiro/Agente de Contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço, conforme IN SEGES nº 176/2024.
- 7.13.** O Pregoeiro/Agente de Contratação concederá o prazo de no mínimo 2 (duas) horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1.** Os documentos previstos no Anexo I-A do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.2.** Quanto à motivação circunstanciada das condições do Edital, nos termos do Art. 18, inciso IX, justifica-se as exigências de qualificação:
- 8.2.1. Técnico-operacional:** a qualificação técnica é a adequada para prestação do serviço descrito no objeto.
- 8.2.2. Econômico-financeira:** justifica-se balanço patrimonial apenas do último exercício.
- 8.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.3.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em formato digital PDF.
- 8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 8.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.10.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.11.** A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, a partir da convocação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação, e prorrogável por igual período, desde que expressamente pedido e fundamentado pelo convocado antes de findo o prazo consignado.
- 8.12.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 8.13.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes,² em até 2 (duas) horas, para:
- 8.13.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
 - 8.13.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - 8.13.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
 - 8.13.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.14.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.15.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.
- 8.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 43º do Lei Complementar nº 123/2006).

9. TERMO DE CONTRATO

- 9.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

² Conforme Parecer nº 2/2025/CNLCA/DECOR/CGU/AGU.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 9.3.** A Administração disponibilizará acesso a sistema de processo eletrônico para que o Termo de Contrato seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis.
- 9.4.** Os prazos dos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.6.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.6.1.** A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, assegurada a análise do caso concreto e oportunidade de manifestação.

10. RECURSOS

- 10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:
- 10.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 10.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.
- 10.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>.

11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, c/c Portaria PGR/MPU nº 178/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação durante o certame.
 - 11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
 - 11.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
 - 11.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4.** deixar de apresentar amostra.
 - 11.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.
 - 11.1.3.** não assinar contrato ou não aceitar ou retirar instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 11.1.4.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
 - 11.1.5.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 11.1.6.** fraudar a licitação
 - 11.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 11.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 11.1.7.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 11.1.8.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 11.1.9.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, c/c Portaria PGR/MPU nº 178/2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência.

11.2.2. multa.

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3.6. as multas sancionatórias serão graduadas conforme os critérios previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023, sem prejuízo da indicação de valores ou percentuais neste instrumento convocatório ou contratual.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do item licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do item licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar; será aplicada na forma do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.
- 11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail prt09.cpl@mpt.mp.br ou pelo Protocolo Administrativo da PRT 9ª Região, disponível no endereço <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>.
- 12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.
- 13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, resguardadas as aplicações da LC nº 123/2006, no que couber.
- 13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <http://www.prt9.mpt.mp.br/informe-se/licitacoes-em-andamento>.

14. ANEXOS

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

14.1.1. ANEXO I-A – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1.2. ANEXO I-B – FORMULÁRIOS

14.1.3. ANEXO I-C - PORTARIA PGT Nº 312/2014

14.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

14.3. ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

14.4. ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Curitiba, 22 de maio de 2026.

Comissão Permanente de Licitação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL	90004/2026
PROCESSO	20.02.0900.0000298/2024-97

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA³

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço, sob demanda, de perícia médica, junta médica oficial de membros, servidores lotados na Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região nos municípios de Curitiba, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama, além de seus familiares ou outras pessoas eventualmente encaminhadas pela CONTRATANTE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na Portaria PGT nº 312/2014 (Anexo I-C) e neste Termo de Referência.

1.2. Descrição dos itens e respectivos serviços:

item	quant	unid	cat-ser	descrição dos serviços	valor unit máximo aceitável (R\$)	valor total máximo aceitável (R\$)
1				Curitiba		
1.1	50	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	28.000,00
1.2	20	serv	8818	Laudo por Junta Médica Oficial	1.999,00	39.980,00
				total	2.559,00	67.980,00
2				Campo Mourão		
2.1	2	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	1.120,00
2.2	1	serv	8818	Laudo por Junta Médica Oficial	1.999,00	1.999,00
				total	2.559,00	3.119,00
3				Cascavel		
3.1	10	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	5.600,00
3.2	3	serv	8818	Laudo por Junta Médica Oficial	1.999,00	5.997,00
				total	2.559,00	11.597,00
4				Foz do Iguaçu		
4.1	2	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	1.120,00
4.2	1	serv	8818	Laudo por Junta Médica Oficial	1.999,00	1.999,00
				total	2.559,00	3.119,00
5				Guarapuava		
5.1	15	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	8.400,00
5.2	2	serv	8818	Laudo por Junta Médica Oficial	1.999,00	3.998,00
				total	2.559,00	12.398,00
6				Londrina		
6.1	15	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	8.400,00
6.2	6	serv	8818	Laudo por Junta Médica Oficial	1.999,00	11.994,00
				total	2.559,00	20.394,00

³ Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133/2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação. Atualização: DEZ/2025



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

7				Maringá		
7.1	15	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	8.400,00
7.2	6	serv	8818	Laudos por Junta Médica Oficial	1.999,00	11.994,00
				total	2.559,00	20.394,00
8				Pato Branco		
8.1	2	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	1.120,00
8.2	1	serv	8818	Laudos por Junta Médica Oficial	1.999,00	1.999,00
				total	2.559,00	3.119,00
9				Ponta Grossa		
9.1	15	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	8.400,00
9.2	4	serv	8818	Laudos por Junta Médica Oficial	1.999,00	7.996,00
				total	2.559,00	16.396,00
10				Umuarama		
10.1	15	serv	8818	Perícia médica — homologação de atestado médico	560,00	8.400,00
10.2	5	serv	8818	Laudos por Junta Médica Oficial	1.999,00	9.995,00
				total	2.559,00	18.395,00
				valor total máximo aceitável		176.911,00

1.3. Catálogo de Serviços (CATSER): 8818.

1.4. Estimativa de demanda total anual:

	quant.	unid.	tipo de demanda	valor unitário máximo aceitável (R\$)	valor total anual máximo aceitável (R\$)
1.4.1.	141	serv	Perícia médica - homologação de atestado médico	560,00	78.960,00
1.4.2.	49	serv	Laudos por Junta Médica Oficial	1.999,00	97.951,00
	190	serv	total	2.559,00	176.911,00

1.5. Os serviços descritos no objeto serão prestados **mediante demanda**. Sendo assim, as quantidades e valores apresentados no subitem anterior são meramente estimativos e não comprometem a CONTRATANTE.

1.6. O critério de julgamento das propostas será o menor preço referente ao **valor unitário total** dos serviços para cada item, conforme tabela dos subitens 1.2 e 1.4: **R\$ 2.559,00**.

1.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no subitem 5.2 do Estudo Técnico Preliminar.

1.8. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista o histórico de demandas regulares, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme Estudo Técnico Preliminar.

1.9. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.10. O Termo de Minuta do Contrato (Anexo IV) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.11. Contato para assuntos da contratação:

Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região

Divisão de Gestão de Pessoas (DGP)

Endereço: Av. Vicente Machado, 84 – Centro

Curitiba/PR CEP 80420-010

Telefone: (41) 3304-9080 ou 9081



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Email: prr09.dgp@mpt.mp.br

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A PRT 9ª Região não possui convênio/contrato com empresa para realização dos serviços de perícia e junta médica. Não há setor específico de serviço médico na Regional. As homologações de Licenças médicas para tratamento da própria saúde e afastamento por motivo de doença em pessoa da família, devem ser realizadas por meio de perícia singular ou junta médica oficial, a depender do caso, conforme legislação interna, definida nos artigos 3º e 4º da Portaria PGT nº 312/2014 (Anexo I-C deste Termo de Referência).⁴

2.2. A Portaria PGT nº 312/2014 dispõe sobre:

2.2.1. a necessidade de regulamentar os procedimentos administrativos referentes à concessão de licença para tratamento de saúde; licença por motivo de doença em pessoa da família, licença à gestante; licença por acidente em serviço; remoção por motivo de saúde do servidor ou de familiar; aposentadoria por invalidez; bem como os procedimentos relacionados às demais situações previstas em lei que dependem de avaliação médica;

2.2.2. a necessidade de estabelecer regras para a formação de juntas médicas oficiais;

2.2.3. a autorização contida nos arts. 203 e 230 da Lei nº 8.112/1990 com a redação alterada pela Lei nº 9.527/1997, que permitem a celebração de convênios com órgãos ou entidades públicas ou, ainda, a contratação de pessoa jurídica para prestar serviços nessa área;

2.2.4. as alterações promovidas pela Lei nº 11.907/2009 e pela Lei nº 12.269/2010;

2.2.5. o disposto no art. 287 da Lei Complementar nº 75/1993, que autoriza a aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/1990 aos Membros do Ministério Público da União.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Cap. 3 do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:**

⁴ Art. 3º A concessão de licença para tratamento de saúde entre 15 (quinze) e 120 (cento e vinte) dias, no período de doze meses, a contar do primeiro dia de afastamento, dependerá de perícia singular, que será feita por médico ou analista pericial em medicina/medicina do trabalho do Ministério Público do Trabalho ou de órgão ou de entidade conveniada, ou ainda, de pessoa jurídica contratada.

Art. 4º A licença que exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento, será concedida mediante avaliação por junta médica oficial (art. 203, §4º, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 4.1.1. A empresa contratada deverá estar regular com suas obrigações fiscais.
- 4.1.2. A empresa deverá fornecer pelo menos 01 (um) profissional para a efetivação da execução contratual.
- 4.1.3. O profissional que executará os serviços deverá estar devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e com registro ativo.
- 4.1.4. A perícia singular deve ser realizada por médico, com registro no CRM, sem necessidade de especialidade.
- 4.1.5. A Junta Médica Oficial (JMO) deve ser realizada por 2 (dois) médicos, com registro no CRM, sem necessidade de especialidade, podendo contar com a participação de um médico da CONTRATANTE na modalidade online.

4.2. Subcontratação:

- 4.2.1. A Contratada poderá subcontratar serviços de perícia médica para a execução do objeto contratual, desde que o profissional subcontratado seja médico regularmente habilitado e possua vínculo formal, ainda que temporário, com a Contratada, por meio de contrato de trabalho, prestação de serviços ou qualquer outra forma admitida na legislação vigente.
- 4.2.2. Serão admitidas todas as formas de vínculo jurídico previstas na legislação civil e trabalhista, inclusive contratação por demanda.
- 4.2.3. A subcontratação não exime a Contratada de suas responsabilidades perante a Contratante, sendo integralmente responsável pela qualidade dos serviços prestados, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pela observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 4.2.4. A Contratada deverá comunicar previamente à Contratante a intenção de subcontratar, fornecendo a documentação comprobatória do vínculo do médico perito com a empresa e demais informações que comprovem sua qualificação técnica.
- 4.2.5. O faturamento dos serviços prestados será realizado única e exclusivamente pela Contratada, pelos valores de sua proposta, sendo vedado qualquer pagamento direto pela Contratante ao subcontratado;
- 4.2.6. A Contratada será a única responsável pelo pagamento dos serviços prestados pelos profissionais subcontratados, sem qualquer vínculo financeiro ou obrigação da Contratante perante eles.
- 4.2.7. Poderão participar empresas legalmente constituídas que comprovem capacidade técnica para a execução do objeto, não sendo exigido que a licitante possua sede ou filial na localidade da prestação dos serviços, vedadas restrições indevidas à competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.8. Será admitida a subcontratação parcial dos serviços, especialmente quanto à execução material das perícias médicas, desde que:
 - 4.2.8.1. Haja previsão expressa neste Edital;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

4.2.8.2. A subcontratação não afaste a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual;

4.2.8.3. O profissional médico indicado possua registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina competente;

4.2.8.4. Seja comprovado vínculo jurídico formal entre o profissional executor e a empresa contratada, mediante apresentação de contrato social, vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços, contrato de associação ou instrumento equivalente válido.

4.2.9. A empresa contratada permanecerá como única responsável perante a Administração por todos os atos praticados pelo(s) profissional(is) por ela indicado(s), inclusive quanto à qualidade técnica dos laudos emitidos.

4.2.10. A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir a substituição de profissional que não atenda às exigências técnicas, éticas ou legais aplicáveis.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4.4. Lei Geral de Proteção de Dados:

4.4.1. A Contratada se compromete a observar e cumprir integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, e suas regulamentações, bem como quaisquer outras leis e regulamentações aplicáveis à proteção de dados pessoais, durante a execução do contrato.

4.4.2. O Termo de Minuta do Contrato (Anexo IV) oferece maior detalhamento das obrigações pertinentes à LGPD.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Perícia Médica:

5.1.1. Há exigência de realização de perícia médica nos seguintes casos:

5.1.1.1. Homologação de licenças médicas: o servidor que usufruir de licença para tratamento da própria saúde ou para acompanhamento de familiar, em períodos compreendidos entre 15 (quinze) e 120 (cento e vinte) dias, no interstício de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia de afastamento;

5.1.1.2. Atestados médicos apresentados sem a indicação do Código Internacional de Doenças (CID), para fins de identificação e registro do respectivo código;

5.1.1.3. Outros casos menos recorrentes, previstos na legislação vigente, tais como a avaliação de concessão de trabalho não presencial, exame admissional, etc.

5.1.2. Cada avaliação pericial deverá abranger todos os atestados médicos emitidos desde o primeiro dia de afastamento até a data da realização da perícia.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

5.1.3. O profissional deverá preencher formulário digital disponibilizado pela Divisão de Gestão de Pessoas/ MPT, assinar o documento eletronicamente e encaminhá-lo à CONTRATANTE por meio de correio eletrônico.

5.1.4. A avaliação será realizada por 1 (um) médico, não sendo exigida especialidade médica específica.

5.1.5. Prazo para agendamento do serviço: até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação do órgão.

5.1.6. Após a confirmação da data, do local e do horário da perícia médica, a Divisão de Gestão de Pessoas do MPT encaminhará à CONTRATADA os dados do periciado, bem como as informações, os documentos e o formulário a ser preenchido, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

5.1.7. Prazo para conclusão do serviço: até 2 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à realização da perícia médica.

5.1.8. Os prazos acima poderão ser prorrogados, mediante justificativa devidamente apresentada e aceita pela CONTRATANTE, observado o limite máximo de 4 (quatro) dias úteis.

5.2. Junta Médica Local:

5.2.1. Há exigência de realização de Junta Médica local nos seguintes casos:

5.2.1.1. Homologação de licenças médicas: quando o membro ou servidor usufruir de licença para tratamento da própria saúde, ou para acompanhamento de familiar, em períodos cujo somatório exceda 120 (cento e vinte) dias, no interstício de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia de afastamento.

5.2.1.2. Concessão de trabalho não presencial por motivo de doença do avaliado ou dependente.

5.2.1.3. Casos menos recorrentes, como:

5.2.1.4. Avaliação da existência de invalidez do periciado, observando os critérios médicos e legais aplicáveis.

5.2.1.5. Necessidade de remoção do servidor por motivo de saúde próprio ou de dependente.

5.2.1.6. Avaliação médica para fins de comprovação de condição que enseje a isenção do imposto de renda.

5.2.1.7. Avaliação médica para determinar condição de pessoa com deficiência.

5.2.2. A avaliação realizada pela Junta Médica local deverá abranger todos os atestados médicos emitidos desde o primeiro dia de afastamento até a data da realização da perícia.

5.2.3. A Junta Médica contratada será composta por 2 (dois) médicos, não sendo exigida especialidade médica específica. Em casos de maior complexidade, um médico do órgão poderá atuar como terceiro membro, com participação na modalidade online. Poderão, ainda, ser encaminhados previamente os pontos técnicos a serem avaliados.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

5.2.4. Os profissionais deverão preencher formulário digital disponibilizado pela Divisão de Gestão de Pessoas do MPT, assinar o documento eletronicamente e encaminhá-lo à CONTRATANTE por meio de correio eletrônico.

5.2.5. A Junta Médica deverá realizar avaliação técnica completa, fundamentada e conclusiva do periciado, não se limitando aos quesitos eventualmente encaminhados pela CONTRATANTE, os quais possuem caráter meramente complementar.

5.2.6. O laudo pericial deverá apresentar conclusão clara, coerente e devidamente fundamentada, abrangendo todos os elementos técnicos necessários à adequada apreciação do caso.

5.2.6.1. Como conteúdo mínimo obrigatório, o laudo deverá conter:

5.2.6.1.1. identificação completa do periciado, bem como data e local da realização da perícia;

5.2.6.1.2. identificação do(s) profissional(is) responsável(is), com respectivo registro no conselho de classe;

5.2.6.1.3. descrição sucinta da demanda pericial e dos quesitos formulados pela CONTRATANTE;

5.2.6.1.4. registro da anamnese, exame clínico realizado e demais procedimentos técnicos adotados;

5.2.6.1.5. análise e descrição dos documentos apresentados e considerados relevantes para a formação da convicção técnica;

5.2.6.1.6. fundamentação técnica individualizada, com exposição dos critérios adotados e correlação com o caso concreto;

5.2.6.1.7. conclusão expressa e objetiva acerca da avaliação do periciado/capacidade laboral, respondendo integralmente aos quesitos formulados;

5.2.6.1.8. indicação, quando for o caso, de limitações, restrições ou necessidade de reavaliação futura;

5.2.6.1.9. data de emissão do laudo e assinatura do profissional responsável.

5.2.6.2. O laudo deverá ser redigido de forma clara, precisa e acessível, vedado o uso de termos genéricos ou conclusões sem a devida correlação com os elementos técnicos apresentados.

5.2.6.3. A ausência de qualquer dos elementos mínimos previstos neste item poderá ensejar a solicitação de complementação ou a rejeição do laudo pela CONTRATANTE, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

5.2.6.4. Caso o laudo apresente inconsistência técnica, falha na avaliação, ausência de fundamentação, contradição ou necessidade de esclarecimento decorrente da análise realizada, a CONTRATADA deverá, mediante solicitação formal da CONTRATANTE ou da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

área técnica responsável, prestar os esclarecimentos e promover as adequações necessárias, limitando-se aos pontos indicados.

5.2.6.5. Na hipótese de interposição de recurso pelo periciado, caberá à Junta Médica realizar uma única análise recursal, restrita ao objeto impugnado, com emissão de parecer conclusivo definitivo, vedada nova manifestação sobre a mesma matéria.

5.2.6.6. As providências previstas nesta cláusula decorrem da obrigação principal de entrega de laudo técnico adequado e conclusivo, não caracterizando novo serviço ou ampliação de escopo contratual, devendo ser realizadas sem ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da solicitação formal.

5.2.7. Prazo para agendamento do serviço: até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da solicitação do órgão.

5.2.8. Após a confirmação da data, do local e do horário da Junta Médica, a Divisão de Gestão de Pessoas do MPT encaminhará à CONTRATADA os dados do periciado, bem como as informações, os documentos e o formulário a ser preenchido, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

5.2.9. Prazo para conclusão do serviço: até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à realização do serviço.

5.2.10. Os prazos acima poderão ser prorrogados, mediante justificativa devidamente apresentada e aceita pela CONTRATANTE, observado o limite máximo de 10 (dez) dias úteis.

5.3. Atendimento das demandas:

5.3.1. Os profissionais que atuarem na realização das perícias médicas deverão arcar com as responsabilidades e obrigações cabíveis à classe profissional executora dos serviços, de acordo com o Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019) e legislação correspondente.

5.3.2. É obrigatório o médico perito utilizar os modelos de formulários fornecidos pela CONTRATANTE no momento da realização das avaliações periciais.

5.3.3. As certidões, notas fiscais e faturas deverão ser protocoladas eletronicamente por meio do site <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br> no respectivo Procedimento Administrativo, exclusivamente para pagamentos de cada exercício, cujo número será informado quando do início da prestação dos serviços. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá peticionar documentos médicos no processo de pagamento.

5.3.4. A nota fiscal emitida deve conter o nome do periciado, tipo de serviço prestado (perícia ou junta médica), data e valor.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Informações gerais:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Rotinas de Fiscalização:

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3. Fiscalização técnica:

6.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VI).

6.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246/2022, art. 22, II).

6.3.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III).

6.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV).

6.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, V).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

6.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII).

6.3.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.3.8. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98/2022.

6.4. Fiscalização administrativa:

6.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/2022).

6.4.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV).

6.5. Gestão do contrato:

6.5.1. O gestor de contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5.2. O gestor de contrato deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.5.3. O gestor de contrato deverá emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.5.4. O gestor de contrato deverá tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

6.5.5. O gestor de contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.5.6. O gestor de contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.5.7. O gestor de contrato deverá receber e dar encaminhamento imediato:

6.5.7.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.5.7.2. à notificação formal de que a empresa CONTRATADA está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento:

7.1.1. Pagamento por Serviços Prestados: Os pagamentos serão vinculados à conclusão dos serviços, atestado pela CONTRATANTE, conforme descrito no escopo deste termo.

7.1.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.1.3.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.3.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida;

7.1.3.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidades ou quantidades inferiores à demanda.

7.1.4. A nota fiscal e certidões devem ser peticionadas em procedimento administrativo, cujo número será informado pela DGP.

7.1.5. A nota fiscal deve discriminar o nome do periciado, o serviço prestado, valor e a data em que foi realizada a avaliação médica.

7.1.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

7.1.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.9. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.1.10. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.12. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.14. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa vencedora e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou fatura expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade.

7.2.3.2. a data da emissão.

7.2.3.3. os dados do contrato e do CONTRATANTE.

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato.

7.2.3.5. o valor a pagar; e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

7.2.5. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.2.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

7.2.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da CONTRATANTE, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.3.2. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

8.3. O prazo para resposta da CONTRATANTE ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, quando for o caso, será de 30 (trinta) dias, desde que todos os documentos e informações necessárias estejam disponibilizados.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, c/c Portaria PGR/MPU nº 178/2023, a CONTRATADA que:

- 9.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 9.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 9.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.5. cometer fraude fiscal;
- 9.1.6. não manter a proposta.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contidas no presente Termo de Referência consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.2.2. Multa de:

9.2.2.1. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente no caso de incorrer nas infrações dispostas aos incisos 4, 5, 6 e 7 do tópico 8.1;

9.2.2.2. Multa moratória de 0,3 % (zero virgula três por cento) por dia corrido de atraso injustificado, sobre a parcela inadimplida do objeto, no caso de incorrer na infração disposta no inciso 7 do tópico 8.1, limitado a 30 (trinta) dias corridos;

9.2.2.3. Multa moratória de 0,6% (zero virgula seis por cento) por dia corrido de atraso injustificado, sobre a parcela inadimplida do objeto, no caso de incorrer na infração disposta inciso 7 do tópico 8.1, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia corrido, sendo caracterizada inexecução parcial do objeto, limitado a 60 (sessenta) dias;

9.2.2.4. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou documento equivalente, pela infração prevista nos tópicos 1, 2, 3 e 7 do tópico 8.1 por prazo superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo ser caracterizada inexecução total do objeto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

9.2.2.5. Multa compensatória até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou documento equivalente para os comportamentos previstos nos incisos 9, 10, 11 e 12 do tópico 8.1, quais sejam, fraudar a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo.

9.2.2.6. 10,0% (dez por cento) sobre o valor adjudicado à perícia correspondente em caso de atraso injustificado na designação da data para a perícia em relação aos prazos consignados neste instrumento, ou na efetiva consecução da perícia após essa ter sido marcada, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.2.2.7. 20,00% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução total da obrigação assumida;

9.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.4. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à Contratada simultaneamente, descontando o valor dos pagamentos a serem efetuados.

9.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

9.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

9.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União.

9.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

10.2. O regime de execução deste contrato será de empreitada por preço unitário.

10.3. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

10.4. As exigências de habilitação estão listadas no Anexo I-A deste Termo de Referência.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

11.1. A estimativa de contratação total anual é de **R\$ 176.911,00 (cento e setenta e seis mil e novecentos e onze reais)**, conforme Capítulo 1 deste Termo de Referência.

11.2. Os serviços descritos no objeto serão prestados mediante demanda. Sendo assim, o valor total anual do subitem anterior é meramente estimativo e não compromete a CONTRATANTE.

11.3. A estimativa levou em consideração a mediana dos preços coletados em pesquisa de mercado, conforme memória de cálculo resumida a seguir:

11.3.1. Item 1: Perícia médica (30 cotações)

serviço	fornecedor 01	fornecedor 02-03	fornecedor 04	fornecedor 05-06	fornecedor 07	fornecedor 08-10	fornecedor 11-12
Perícia Médica	45,00	182,00	199,00	200,00	250,00	300,00	350,00
	fornecedor 13-19	fornecedor 20	fornecedor 21-27	fornecedor 28	fornecedor 29	fornecedor 30	mediana
	560,00	600,00	900,00	1.350,00	1.950,00	6.740,00	R\$ 560,00

11.3.2. Item 2: Junta médica (27 cotações)

serviço	fornecedor 31	fornecedor 32	fornecedor 33	fornecedor 34	fornecedor 35	fornecedor 37-37	fornecedor 38
Junta médica	250,00	400,00	540,00	600,00	780,00	900,00	990,00
	fornecedor 39-40	fornecedor 41	fornecedor 42-48	fornecedor 49-55	fornecedor 56	fornecedor 57	mediana
	1.500,00	1.950,00	1.999,00	2.400,00	3.470,80	4.200,00	R\$ 1.999,00

11.4. A série de preços, planilha comparativa e memória de cálculo estão juntadas aos autos do PGEA deste processo licitatório.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.2.1. Gestão/Unidade: 0001/200054

12.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

12.2.3. Programa de Trabalho: 172168

12.2.4. Elemento de Despesa: 33903964

12.2.5. Plano Interno: DEFESA 1 / DEFESA 2

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

14. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. ANEXO I-A – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.2. ANEXO I-B – FORMULÁRIOS

14.3. ANEXO I-C – PORTARIA PGT Nº 312/2014

Curitiba/PR, 27 de março de 2026.

Comissão de Planejamento da Contratação:

INTEGRANTES REQUISITANTES

(assinado eletronicamente)

Larissa Stolle Figueiredo

(assinado eletronicamente)

Ana Paula Santos Leal

INTEGRANTES ADMINISTRATIVOS

(assinado eletronicamente)

Eliseu Pereira

(assinado eletronicamente)

Edineia Luiz Ozorio Wood



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**ANEXO I-A
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

1. Habilitação jurídica:

- 1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.
- 1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
- 1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404/1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133/2021).
- 1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 2.1. CNPJ: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- 2.2. CRF-RFB: Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. CRF: prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 2.4. CNDT: prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- 2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 2.9. O pregoeiro verificará a obrigatoriedade de o licitante reservar **percentual de vagas aos aprendizes**, nos termos do art. 429, caput, da CLT (link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>).
- 2.9.1. **O descumprimento da obrigação supracitada não implicará na inabilitação do licitante, conforme art. 62 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 116 da mesma Lei; porém, será aferida no momento de prestação contratual.**

3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).
- 3.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da seguinte fórmula

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

$$\text{SG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 3.3. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.
- 3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4. Qualificação técnica:

4.1. Qualificação técnico-operacional:

- 4.1.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM), em plena validade;
- 4.1.2. Alvará / licença de funcionamento, de acordo com a localidade;
- 4.1.3. Atestado de capacidade técnica: Comprovação de aptidão para execução de serviço descrito no objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 4.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 4.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 4.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.2. Qualificação técnico-profissional:

- 4.2.1. Registro ou inscrição do responsável técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM), em plena validade;
- 4.2.2. Comprovação de vínculo do Responsável Técnico da empresa licitante.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 4.2.3. Em se tratando de sócio da empresa, comprovado com a apresentação do contrato social, dispensável se já apresentado no credenciamento.
- 4.2.4. No caso de funcionário, mediante cópia de CTPS registrada pela empresa, ou ainda, através de contrato de prestação de serviços devidamente registrado em cartório.
- 4.2.5. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5. Documentação complementar para cooperativas

- 5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;
- 5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 5.4. O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;
- 5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 5.6.1. ata de fundação;
 - 5.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 5.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 5.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 5.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 5.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 5.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6. Disposições gerais sobre habilitação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- 6.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO I-B
FORMULÁRIOS

1. FORMULÁRIO 1

Avaliação por perícia médica

Nome do(a) periciado(a):
Matrícula:
Categoria Funcional:
Data da avaliação:

Tipos de avaliação:

- ☐ Licença médica - tratamento da própria saúde.
☐ Licença médica - doença em pessoa da família. Nome e parentesco:
Homologação da licença médica:
☐ Período Integral: ☐ Parcial, no período de:
☐ Indeferimento, pelo seguinte motivo:

☐ Indicação de CID não especificado em atestado para tratamento da própria saúde. **CID:**

- ☐ Concessão de trabalho não presencial por motivo de saúde.
- ☐ dependente em tratamento médico que requeira cuidados especiais
 - ☐ recomendação médica
- Quesitos a serem avaliados e respondidos:
1. Data de início dos sintomas e evolução,
 2. Diagnóstico/CID;
 3. Limitações funcionais para o trabalho presencial;
 4. Os benefícios, do ponto de vista médico, que advirão do teletrabalho;
 5. Tratamento e prognóstico;
 6. Especificar se há necessidade de reavaliação, em caso positivo especificar o período.
 7. No caso de dependente em tratamento médico, especificar o período para reavaliação.

☐ Outra avaliação
* em avaliações específicas, responder os quesitos elaborados pela JMO/PGT.

Quesitos a serem respondidos ou informações complementares:

Assinado eletronicamente
Nome e CRM do Médico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

2. FORMULÁRIO 2

LAUDO DE JUNTA MÉDICA OFICIAL

Nome do Servidor/Membro			Matrícula
Categoria Funcional			
Lotação			
Nascimento	Idade	Estado Civil	Sexo
Nome do examinado			Parentesco
Nascimento	Idade	Estado Civil	Sexo
Último dia de trabalho	Início da doença		Início da incapacidade

História da doença atual:
Antecedentes pessoais:

Exame Físico

Peso	Altura	Temperatura	Pulso radial	Pressão arterial
Dados objetivos do exame:				
Diagnóstico provável:			CID	
1. Diante do resultado do exame, necessita o servidor de licença: () NÃO () SIM, por dias, a partir de				
2. Está o servidor inválido para o exercício de suas funções ou outras correlatas?				
3. A doença se enquadra o art. 186, inciso I, §1º, da Lei nº 8.112/90? <i>Aposentadoria por invalidez permanente. Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.</i> () NÃO () NÃO SE APLICA () SIM, a partir de Qual a hipótese diagnóstica?				



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

4. A moléstia é decorrente de: () ACIDENTE DE TRABALHO () DOENÇA PROFISSIONAL () NÃO SE APLICA
5. CURATELA Deverá ser exigida nomeação de curador: () SIM () NÃO () NÃO SE APLICA
6. Deverá ser comunicado ao órgão habilitador da profissão? () SIM () NÃO () NÃO SE APLICA
7. DOENÇA DE PESSOA DA FAMÍLIA É indispensável a assistência pessoal e constante do servidor à pessoa da família examinada? () NÃO () NÃO SE APLICA () SIM
8. REMOÇÃO POR MOTIVO DE SAÚDE Quesitos a serem avaliados e respondidos: I - as razões objetivas para a remoção; II - os benefícios, do ponto de vista médico, que advirão da remoção, com justificativas detalhadas; III - se a localidade onde reside o paciente é prejudicial à sua recuperação ou agravante de seu estado de saúde, bem como as justificativas médicas para a necessidade de mudança de domicílio; IV - algumas cidades brasileiras que atenderiam às prescrições médicas, na hipótese de necessidade de mudança de domicílio do paciente, com especificações dos motivos de cada indicação; V - se a mudança de domicílio tem caráter permanente ou temporário. O pedido de remoção justifica-se sob o ponto de vista médico? () NÃO () NÃO SE APLICA () SIM
9. READAPTAÇÃO O pedido de readaptação se justifica sob o ponto de vista médico? () NÃO () NÃO SE APLICA () SIM
Conclusão:

Assinado eletronicamente

Nome do 1º médico e CRM:

Assinado eletronicamente

Nome do 2º médico e CRM:

<p>O preenchimento dos campos seguintes é de competência da JMO/PGT:</p> <p>Homologação:</p> <p>() Mantido o prazo</p> <p>() Alterado o prazo para _____ dias</p> <p style="text-align: right;"><i>Assinado eletronicamente</i> Membro revisor <i>Assinado eletronicamente</i> Chefe do grupo de perícia médica</p>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

3. FORMULÁRIO 3

Avaliação por perícia médica

Atestado de aptidão física e mental

À perícia médica.

Encaminhamos o(a) candidato(a) para inspeção médica, visando a sua admissão neste órgão.

Nome do(a) periciado(a):

Cargo: Assessor(a) jurídico (a)

Lotação:

Data da avaliação:

Parecer médico quanto a aptidão física e mental para o exercício do cargo

() Apto

() Inapto

Informações complementares:

Assinado eletronicamente
Nome e CRM do Médico





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

ANEXO I-C

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

Alterada pela Portaria PGT nº 937, de 25 de junho de 2024
Alterada pela Portaria PGT nº 543, de 20 de abril de 2022
Alterada pela Portaria PGT nº 1779, de 09 de dezembro de 2020
Alterada pela Portaria PGT nº 232, de 12 de junho de 2019
Alterada pela Portaria PGT nº 7, de 08 de janeiro de 2019
Alterada pela Portaria PGT nº 5, de 16 de janeiro de 2018
Alterada pela Portaria PGT nº 320, de 18 de maio de 2015

PORTARIA Nº 312, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da competência estabelecida no art. 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75/93, e;

CONSIDERANDO:

- a)** a necessidade de regulamentar os procedimentos administrativos referentes à concessão de licença para tratamento de saúde; licença por motivo de doença em pessoa da família, licença à gestante; licença por acidente em serviço; remoção por motivo de saúde do servidor ou de familiar; aposentadoria por invalidez; bem como os procedimentos relacionados às demais situações previstas em lei que dependem de avaliação médica;
- b)** a necessidade de estabelecer regras para a formação de juntas médicas oficiais;
- c)** a autorização contida nos arts. 203 e 230 da Lei nº 8.112/90 com a redação alterada pela Lei nº 9.527/97, que permitem a celebração de convênios com órgãos ou entidades públicas ou, ainda, a contratação de pessoa jurídica para prestar serviços nessa área;
- d)** as alterações promovidas pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 e pela Lei nº 12.269, de 21 de junho de 2010;
- e)** o disposto no art. 287 da Lei Complementar nº 75/93, que autoriza a aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90 aos Membros do Ministério Público da União;

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DAS LICENÇAS**

Art. 1º A concessão de licença para tratamento de saúde, de licença por motivo de doença em pessoa da família, de licença à gestante e de licença por acidente em serviço a Membros e a Servidores do Ministério Público do Trabalho rege-se-á pelo disposto nesta Portaria.

**SEÇÃO I
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 2º A licença para tratamento de saúde a Membros e Servidores será concedida a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizerem jus (art. 202 da Lei nº 8.112/90 e 223, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

~~**Parágrafo único.** A perícia será dispensada, desde que a licença para tratamento da saúde, somada a outras licenças da mesma espécie, gozadas nos doze meses anteriores, seja inferior a 15 (quinze) dias, hipótese em que o atestado apresentado será considerado homologado (art. 204 da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/2009).~~

Parágrafo único. A perícia será dispensada desde que conste o código correspondente à Classificação Internacional de Doenças CID no atestado apresentado e desde que a licença para tratamento da saúde, somada a outras licenças da mesma espécie, gozadas nos doze meses anteriores, seja inferior a 15 (quinze) dias, hipótese em que o atestado apresentado será considerado homologado (art. 204 da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/2009.) (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 7, DE 08 DE JANEIRO DE 2019)

Art. 3º A concessão de licença para tratamento de saúde entre 15 (quinze) e 120 (cento e vinte) dias, no período de doze meses, a contar do primeiro dia de afastamento, dependerá de perícia singular, que será feita por médico ou analista pericial em medicina/medicina do trabalho do Ministério Público do Trabalho ou de órgão ou de entidade conveniada, ou ainda, de pessoa jurídica contratada.

§ 1º A Administração, sempre que julgar necessário, poderá encaminhar o Membro ou o Servidor à junta médica, para a realização da perícia, ainda que a licença seja inferior a 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º Sempre que necessário, a perícia médica será realizada na residência do Membro ou do Servidor, ou no estabelecimento hospitalar em que estiver internado (art. 203, § 1º da Lei nº 8.112/90 e art. 223, inciso I, alínea “b” da Lei Complementar nº 75/93).

Art. 4º A licença que exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento, será concedida mediante avaliação por junta médica oficial (art. 203, §4º, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).

Art. 5º O atestado passado por médico/odontólogo/psicólogo particular será aceito, desde que homologado pelo serviço médico ou junta médica oficial da unidade do Ministério Público do Trabalho ou de órgão ou de entidade conveniada, ou ainda, de pessoa jurídica contratada (art. 203, § 2º, da Lei nº 8.112/90 e art. 223, inciso I, alínea “c” da Lei Complementar nº 75/93).

§ 1º Os atestados médicos não serão homologados se o Membro ou o Servidor recusar-se a submeter-se à perícia de que tratam os arts. 2º, 3º e 4º desta Portaria.

§ 2º A perícia será realizada por analista de saúde (médico) ou analista pericial em medicina/medicina do trabalho do Ministério Público do Trabalho ou por médico ou médico perito de órgão ou de entidade conveniada, ou, ainda, de pessoa jurídica contratada.

§ 3º A perícia oficial para concessão da licença para tratamento de saúde, bem como nos demais casos de perícia oficial previstos nesta Portaria, será efetuada por cirurgiões dentistas, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia. (art. 203, § 5º, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Art. 6º Os titulares das unidades administrativas poderão encaminhar o Membro ou o Servidor à perícia médica, quando houver indícios de lesões orgânicas ou funcionais (art. 206 da Lei nº 8.112/90 e 223, inciso I, alínea ‘e’ da Lei Complementar nº 75/93).

Art. 7º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o Servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação (art. 130, § 1º, da Lei nº 8.112/90).

Art. 8º O Membro ou o Servidor que, no curso da licença, julgar-se apto a retornar ao serviço, será submetido à perícia médica, previamente ao retorno.

Art. 9º A critério da Administração, o servidor em licença para tratamento de saúde poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram o afastamento (art. 188, § 5º, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).

**SEÇÃO II
LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 10. Poderá ser concedida licença por motivo de doença em pessoa da família aos Membros e aos Servidores do Ministério Público do Trabalho, quando a assistência direta deles for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo (art. 83 da Lei nº 8.112/90 e art. 222, § 1º da Lei Complementar nº 75/93).

§ 1º Considera-se pessoa da família, no tocante aos Membros, o cônjuge ou companheiro, o padrasto, a madrasta, o ascendente, o descendente, o enteado, o colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil (art. 222, § 1º da Lei Complementar nº 75/93).

§ 2º Considera-se pessoa da família, no tocante aos Servidores, o cônjuge ou companheiro, os pais, os filhos, o padrasto, a madrasta, o enteado e o dependente que viva às expensas do Servidor e conste do seu assentamento funcional (art. 83 da Lei nº 8.112/90).

§ 3º A concessão da licença prevista neste artigo bem como cada uma de suas prorrogações serão precedidas de exame por perícia médica oficial, por médico/analista pericial em medicina ou medicina do trabalho do Ministério Público do Trabalho, ou de órgão ou de entidade conveniada, ou, ainda, de pessoa jurídica contratada (art. 81, § 1º da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/2009 e art. 222, § 1º, da Lei Complementar nº 75/93).

§ 4º A perícia mencionada no § 3º será dispensada, desde que a licença por motivo de doença em pessoa da família, somada a outras licenças da mesma espécie, gozadas nos doze meses anteriores, ainda que para atender a familiares diversos, seja inferior a quinze dias, hipótese em que o atestado será considerado homologado (art. 81, § 1º da Lei nº 8.112/90 c/c art. 204 da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/2009).

§ 5º A licença que exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento, será concedida mediante avaliação por junta médica oficial. (art. 203, §4º, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Art. 11. O médico ou a junta médica oficial poderá solicitar a manifestação de assistente social para comprovar a real necessidade de participação do Membro ou do Servidor na assistência ao ente familiar.

Art. 12. Observar-se-ão, quanto ao prazo e à remuneração, as seguintes regras:

I - No tocante aos Membros, a licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito inerente ao cargo, salvo para contagem de tempo de serviço em estágio probatório, até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por igual prazo, nas mesmas condições. Excedido o período de prorrogação, a licença será considerada como para tratar de interesses particulares (art. 222, § 1º, alínea “b” da Lei Complementar nº 75/93).

II - No tocante aos servidores, a licença de que trata esta seção, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada 12 (doze) meses nas seguintes condições:

- a)** Por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e
- b)** Por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração. (art. 83, § 2º, da Lei nº 8.112/90, com redação dada pela Lei nº 12.269/10).

§ 1º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida (art. 83, § 3º, da Lei nº 8.112/90, com redação dada pela Lei nº 12.269/10).

§ 2º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 1º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nas alíneas ‘a’ e ‘b’ do inciso II deste artigo. (art. 83, §4º, da Lei nº 8.112/90, incluído pela Lei nº 12.269/10).

SEÇÃO III
LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

Art. 13. A licença por acidente em serviço será concedida aos Membros e Servidores acidentados em serviço, com remuneração integral (art. 211 e seguintes da Lei nº 8.112/90 e art. 223, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93).

§ 1º Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo Membro ou pelo Servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as funções do cargo exercido.

§ 2º Equipara-se ao acidente em serviço o dano decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo Membro ou pelo Servidor, no exercício do cargo, bem como o dano sofrido em trânsito a ele pertinente, inclusive no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 14. O Membro ou o Servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado, não disponível em instituição pública, poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos, desde que o tratamento seja recomendado por junta médica oficial.

Art. 15. A licença deverá ser requerida pelo Membro ou pelo Servidor no prazo de 10 (dez) dias, contado da sua ocorrência, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem, mediante processo instruído com as provas do acidente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

§ 1º A prova do acidente será feita mediante atestado ou laudo médico e demais formas admitidas em direito.

§ 2º O atestado ou laudo médico deverá evidenciar os efeitos do acidente sobre o Membro ou o Servidor, o período de afastamento, a assinatura do profissional e o respectivo CRM.

**SEÇÃO IV
LICENÇA À GESTANTE
LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E LICENÇA-PATERNIDADE
(REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)**

Art. 16. Será concedida licença à Procuradora e à Servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração (art. 207 da Lei nº 8.112/90 e art. 223, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93).

§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a mãe será submetida a exame médico e, se considerada apta, reassumirá as suas funções.

§ 4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a licença será de 30 (trinta) dias, a partir da sua ocorrência.

~~§ 5º A licença será concedida mediante a apresentação da certidão de nascimento, sendo dispensada a apresentação de atestado médico, salvo se a licença iniciar-se antes do nascimento, na forma prevista no § 1º deste artigo, ou se tiver verificado a ocorrência de aborto/natimorto.~~

§ 5º No caso de a criança falecer durante a licença de que trata o caput deste artigo, ou durante a licença à adotante, a Procuradora ou a Servidora continuará a usufruí-la pelo período que restar, salvo se requerer o retorno e este for homologado pelo serviço médico do MPT. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)

~~§ 6º A licença poderá ser prorrogada por 60 (sessenta) dias, mediante requerimento da Procuradora/Servidora, protocolado até o final do primeiro mês após o parto (Lei nº 11.770/2008 e Portaria PGR/MPU nº 510/2008).~~

§ 6º A licença será concedida mediante a apresentação da certidão de nascimento, sendo dispensada a apresentação de atestado médico, salvo se a licença iniciar-se antes do nascimento, na forma prevista no § 1º deste artigo, ou se tiver verificado a ocorrência de aborto/natimorto. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)

§ 7º A prorrogação da licença, por 60 (sessenta) dias, prevista Lei nº 11.770/2008 e regulamentada pela Portaria PGR/MPU nº 510/2008 será concedida automática e imediatamente após a fruição dos 120 (cento e vinte) dias da licença maternidade ou da licença à adotante, não sendo admitida a hipótese de prorrogação posterior ao retorno da interessada à atividade, tampouco



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

em caso de falecimento da criança no curso das licenças. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)

§ 8º Caso ocorra o falecimento da criança no curso da prorrogação de que trata o parágrafo anterior, esta cessa imediatamente, sem prejuízo do direito ao afastamento previsto no art. 97, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.112, de 1990. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)

§ 9º Aplicam-se as disposições dos parágrafos anteriores, no que couber, à licença-paternidade de que trata o art. 208 da Lei nº 8.112, de 1990, regulamentada pela Portaria PGR/MPU nº 36, de 28 de abril de 2016. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)

~~**Art. 17.** Caso a requerente esteja de férias na data do parto, estas poderão ser suspensas, devendo o saldo remanescente ser usufruído no mesmo exercício, ou, na sua impossibilidade, no exercício seguinte. Neste último caso, as férias devem iniciar-se imediatamente após o término da licença (art. 7º, inciso III e §§ 2º e 3º da Portaria PGR 591/2005 e art. 10, inciso III e §§ 2º e 3º da Portaria PGR nº 652/2008).~~

Art. 17. A licença à gestante poderá ser prorrogada, mediante requerimento, nos casos de nascimento prematuro ou outras complicações de saúde que resultem em internação imediata do recém-nascido em Unidade de Terapia Intensiva - UTI, pelo período equivalente ao da internação. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)

§1º O pedido de prorrogação de que trata o caput deverá ser acompanhado de atestado médico ou documento equivalente, indicando o período exato de internação na UTI, ficando condicionado à homologação do serviço médico. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)

Art. 18. Na hipótese de a Procuradora ou a Servidora tomar posse após o nascimento da criança, a licença será concedida pelo período que faltar para completar os cento e vinte dias, contados da data do parto. (REVOGADO PELA PORTARIA PGT Nº 1779, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020)

**SEÇÃO V
REGRAS SOBRE ATESTADOS E DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AO
CAPÍTULO**

Art. 19. As licenças tratadas neste capítulo serão concedidas pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos, mediante uma das seguintes formas:

- I** - indicação do serviço médico das Unidades do Ministério Público do Trabalho;
- II** - apresentação de atestado passado por médico, odontólogo ou psicólogo particular, após sua homologação pelo serviço médico das unidades do Ministério Público do Trabalho, de órgãos ou de entidades conveniados, ou, ainda, de pessoa jurídica contratada;
- III** - indicação de junta médica oficial, quando for o caso.

Art. 20. As Procuradorias Regionais do Trabalho encaminharão relatórios mensais à Seção de Assistência Integral à Saúde – SAIS/PGT, com informações sobre os atestados homologados



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

na Regional, bem como sobre os atestados que independem de homologação, cabendo à SAIS, após o respectivo registro, encaminhá-los ao Departamento de Recursos Humanos para concessão da respectiva licença.

§ 1º A SAIS fará o controle das licenças concedidas aos Membros e Servidores do Ministério Público do Trabalho, e comunicará ao Departamento de Recursos Humanos as situações em que houver necessidade de comprovação por junta médica oficial, caso esta providência ainda não tenha sido tomada.

§ 2º A concessão das licenças mencionadas nesta Portaria será publicada no Boletim de Serviço do Ministério Público do Trabalho.

Art. 21. As licenças tratadas neste capítulo serão concedidas mediante o preenchimento do formulário constante do Anexo I, salvo se a indicação da licença partir do próprio serviço médico das Unidades do Ministério Público do Trabalho, caso em que haverá apenas a comunicação do serviço médico ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, para que este proceda a concessão da licença cabível.

~~**Art. 22.** O requerimento, acompanhado do atestado, deverá ser apresentado no prazo de até 03(três) dias úteis, contados da data do início do afastamento, ressalvada a impossibilidade clínica de o Membro ou o Servidor assim proceder, circunstância a ser comprovada.~~

Art. 22. O requerimento, acompanhado de atestado emitido eletronicamente ou de cópia digitalizada de atestado emitido em suporte físico, deverá ser apresentado no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data do início do afastamento, ressalvada a impossibilidade clínica de o Membro ou o Servidor assim proceder, circunstância a ser comprovada. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

§ 1º Para a contagem do prazo mencionado no caput, exclui-se o dia do começo e inclui-se o do vencimento.

~~**§ 2º** O atestado entregue fora deste prazo somente justificará as ausências posteriores à sua apresentação.~~

§ 2º O requerimento apresentado fora do prazo somente justificará as ausências posteriores à sua apresentação, ocasião em que será considerada a data da realização do protocolo. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

~~**§ 3º** O requerimento poderá ser assinado pela pessoa que efetuar a entrega do atestado.~~

§ 3º Além da impossibilidade clínica mencionada, excepcionalmente, poderá ser aceito, por uma única vez, requerimento fora do prazo estabelecido no caput, mediante justificativa expressa a ser avaliada exclusivamente pelo serviço médico do MPT, que registrará a adoção de tal medida no prontuário médico do servidor (a), comunicando-o (a) da necessidade de observância do prazo para os casos futuros, aplicando-se o disposto no §2º deste artigo a todos os requerimentos posteriores que porventura sejam apresentados fora do prazo. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

§ 4º O requerimento deverá ser apresentado por meio da utilização do Procedimento de Gestão Administrativa do Ministério Público do Trabalho, podendo ser protocolado por terceiro em nome do interessado. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

§ 5º Entende-se por atestado emitido eletronicamente aquele documento emitido digitalmente em sistema informatizado, com assinatura digital de seu emissor, com possibilidade de verificação de autenticidade nos canais próprios. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

§ 6º No caso de juntada de cópia digitalizada de atestado emitido em suporte físico, esta deverá ser colorida, em boa resolução, e acompanhada de declaração do Interessado afirmando que, sob as penas previstas em lei, foi extraída de documento em sua via original e que se compromete a guardar a via original do documento pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua emissão, conforme modelo de requerimento a ser disponibilizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas em conjunto com a Diretoria de Assistência Integral à Saúde da PGT. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

§ 7º Independente da previsão contida no parágrafo anterior, o servidor deverá apresentar a via física do atestado original caso seja convocado para avaliação pericial. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

§ 8º Na hipótese do §6º o Serviço Médico do MPT poderá requisitar a entrega da via original do atestado, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, independentemente da duração ou finalidade da licença. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

§ 9º Caso o Membro ou o Servidor, sob a justificativa de sigilo, considere inadequada a juntada de documentação médica por meio da utilização do Procedimento de Gestão Administrativa do Ministério Público do Trabalho, a apresentação correspondente deverá ser realizada em sua via original nos setores dos Serviços Médicos do MPT em envelope lacrado. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

Art. 23. Inexistindo médico na unidade onde se encontra ou tenha exercício em caráter permanente o Membro ou Servidor, e não se configurando as hipóteses previstas nos parágrafos do art. 230 da Lei nº 8.112/90 e 90 a 94 desta Portaria (convênio ou contratação), será aceito atestado passado por médico particular. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, o atestado produzirá efeitos depois de recepcionado pela unidade de recursos humanos do órgão, observado o prazo do art. 22 desta Portaria (art. 203, § 3º, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).

~~**Art. 24.** O atestado poderá ser encaminhado via fac-símile, ficando sua validade condicionada à posterior apresentação do original. (REVOGADO PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)~~

~~**Art. 25.** O requerimento e o atestado deverão ser entregues no protocolo da unidade onde for lotado o Membro ou o Servidor, ficando admitida, excepcionalmente, sua apresentação em outra unidade, se as circunstâncias o exigirem.~~



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Art. 25. O requerimento e o atestado poderão ser entregues, excepcionalmente, diretamente no setor de protocolo da unidade onde for lotado o Membro ou o Servidor, ficando admitida sua apresentação em outra unidade do MPT, se as circunstâncias o exigirem. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

~~§ 1º Após certificar o recebimento do requerimento, devidamente preenchido, e do atestado, o serviço de protocolo os encaminhará ao setor médico competente para apreciação.~~

§ 1º Após certificar o recebimento do requerimento, devidamente preenchido, e do atestado, o serviço de protocolo fará a autuação do Procedimento de Gestão Administrativa do Ministério Público do Trabalho e encaminhará o processo eletrônico e as vias originais da documentação ao setor médico competente para apreciação. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)

§ 2º O serviço médico efetuará o registro das licenças homologadas em sistema específico.

§ 3º É dever do Membro e do Servidor comunicar sua chefia, por qualquer meio, que apresentou requerimento de licença.

Art. 26. O atestado e o laudo deverão conter os seguintes itens:

- I – Identificação, período de afastamento e data legíveis;
- II – Identificação legível do emitente;
- III – Número de inscrição no CRM, CRO ou CRP.

~~**Parágrafo único.** Quando se tratar de licença por motivo de doença em pessoa da família, o atestado deverá conter o nome do paciente e o seu grau de parentesco com o Membro ou o Servidor. Caso não conste esta informação, o requerente deverá comprovar, por outro meio, o parentesco.~~

~~§ 1º O atestado médico apresentado que não contiver o código referente à CID, no caso de licença para tratamento da própria saúde, mesmo que inferior a 15 (quinze) dias, somente será homologado após a realização de perícia médica singular. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 7, DE 08 DE JANEIRO DE 2019)~~

~~§ 2º Quando se tratar de licença por motivo de doença em pessoa da família, o atestado deverá conter o nome do paciente e o seu grau de parentesco com o Membro ou o Servidor. Caso não conste esta informação, o requerente deverá comprovar, por outro meio, o parentesco. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 7, DE 08 DE JANEIRO DE 2019)~~

§ 1º Ao Membro e ao Servidor é assegurado o direito de não autorizar a especificação do diagnóstico em seu atestado, mediante a supressão do código referente à Classificação Internacional de Doenças - CID, hipótese em que deverá submeter-se à perícia oficial. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 232, DE 12 DE JUNHO DE 2019)

§ 2º Nos casos de licenças médicas inferiores a 15 (quinze) dias, a perícia de que trata o parágrafo anterior poderá ser dispensada pelo serviço médico da unidade, mediante justificativa, ou pela autoridade competente, nos casos em que seja necessário o deslocamento, com ônus para



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

a Administração, para realização da análise médica, hipótese em que o atestado será considerado homologado administrativamente. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 232, DE 12 DE JUNHO DE 2019)

§3º Quando se tratar de licença por motivo de doença em pessoa da família, o atestado deverá conter o nome do paciente e o seu grau de parentesco com o Membro ou o Servidor. Caso não conste esta informação, o requerente deverá comprovar, por outro meio, o parentesco. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 232, DE 12 DE JUNHO DE 2019)

~~**Art. 27.** O atestado deverá ser o original e não poderá conter rasuras. (REVOGADO PELA PORTARIA PGT Nº 543, DE 20 DE ABRIL DE 2022)~~

Art. 28. O atestado não homologado implicará no registro de falta injustificada.

Art. 29. Não serão aceitos atestados prevendo necessidade de afastamento para data futura.

Art. 30. A homologação dos atestados poderá ser feita por médico ou analista pericial em medicina/médico do trabalho do Ministério Público do Trabalho ou de órgão ou de entidade conveniada, ou ainda, de pessoa jurídica contratada.

Art. 31. O serviço médico poderá solicitar ao Membro ou ao Servidor que apresente pareceres especializados ou exames complementares, se necessário.

~~**Art. 32.** Não importam em compensação as ausências resultantes de consultas médicas ou odontológicas e, ainda, da realização de exames, quando feitas no próprio servidor, seu cônjuge ou companheiro, ou, ainda, em seu filho ou enteado, desde que previamente autorizadas pela chefia imediata e comprovadas no primeiro dia útil após a ocorrência por meio de atestado médico ou pela requisição do exame acompanhada do comprovante de sua realização. Nessas hipóteses, não há necessidade de homologação pelo serviço médico (art. 12, § 3º da Portaria PGR nº 707/2006).~~

Art. 32. As consultas médicas ou odontológicas, bem como a realização de exames complementares pelo servidor ou dependentes, ocorrerão, preferencialmente, em horário diverso do cumprimento da jornada de trabalho, devendo, quando implicarem em ausência ao serviço, ser comprovadas por atestado de comparecimento a ser apresentado à chefia imediata (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 5, DE 16 JANEIRO DE 2018).

§ 1º Os atestados permanecerão com a chefia imediata do servidor até o encerramento do ano seguinte, devendo ser tratados como documentos sigilosos. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 5, DE 16 JANEIRO DE 2018).

§ 2º Para os fins previstos no caput deste artigo, os atestados de comparecimento deverão conter, obrigatoriamente, o período em que se deu o atendimento (matutino, vespertino ou noturno), além do disposto nos artigos 26 a 31 desta Portaria e, em se tratando de acompanhamento, o nome do paciente atendido e o grau de parentesco desse com o servidor. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 5, DE 16 JANEIRO DE 2018)

§ 3º Será considerado, para fins de abono da jornada de trabalho do servidor, até cinquenta por cento, o horário de atendimento indicado no atestado de comparecimento apresentado. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 5, DE 16 JANEIRO DE 2018)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

§ 4º Nos casos em que não houver especificação do horário de atendimento, o abono mencionado no parágrafo 3º será concedido desde que haja comprometimento da jornada de trabalho do servidor. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 5, DE 16 JANEIRO DE 2018)

~~§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo na ausência ao serviço decorrente de sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e psicoterapia e de consultas com nutricionista, desde que apresentada a indicação médica específica para tratamento por meio de atestado e comprovadas por atestado de comparecimento. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 5, DE 16 JANEIRO DE 2018) (REVOGADO PELA PORTARIA PGT Nº 937, DE 25 DE JUNHO DE 2024)~~

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se aos casos de consultas dos pais dos servidores, desde que constem em seus registros funcionais, ainda que não figurem como dependentes para fins de imposto de renda. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 5, DE 16 JANEIRO DE 2018)

Art. 33. Serão consideradas como prorrogação as licenças de mesma espécie intercaladas por sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Art. 34. A licença concedida dentro de sessenta dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação (art. 82 da Lei nº 8.112/90 e art. 222, § 7º, da Lei Complementar nº 75/93).

Art. 35. As licenças tratadas neste capítulo não serão concedidas se o Membro ou o Servidor já estiver legalmente afastado de suas funções, por qualquer outro motivo; caso as licenças tenham início antes do começo de afastamento já deferido, este poderá ser remarcado.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo quando o Membro ou o Servidor estiver em gozo de férias, as quais poderão ser suspensas, para que as licenças tratadas neste capítulo sejam concedidas (art. 7º, incisos I a IV da Portaria PGR 591/2005 e art. 10, incisos I a IV da Portaria PGR nº 652/2008).

Art. 36. As licenças tratadas neste capítulo serão consideradas como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto a licença por motivo de doença em pessoa da família, para a qual valem as seguintes regras:

I – No caso dos Membros, a licença de até 180 (cento e oitenta) dias será considerada para todos os efeitos, exceto para contagem do tempo de serviço em estágio probatório. Ultrapassado este prazo, será considerada como para tratar de interesses particulares (Lei Complementar nº 75/93, art. 222, § 1º, alínea “b”).

II – No caso dos Servidores, a licença por motivo de doença em pessoa da família é considerada conforme disposto a seguir:

a) A licença que for concedida, com remuneração, até 30 (trinta) dias, em cada período de 12 (doze) meses, será considerada como de efetivo exercício (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 12.269/2010);

b) A licença que for concedida, com remuneração, que exceder a 30 (trinta) dias, em um período de 12 (doze) meses, será contada para aposentadoria e disponibilidade (art. 103, inciso II, da Lei nº 8.112/90, com redação dada pela Lei nº 12.269/10);

c) A licença concedida sem remuneração não é contada para qualquer efeito.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**CAPÍTULO II
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**

Art. 37. O Membro ou o Servidor poderá ser aposentado por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável (art. 186 e 188 da Lei nº 8.112/90 e art. 231, §§ 4º e 5º da Lei Complementar nº 75/93).

§ 1º A invalidez permanente deverá ser atestada por junta médica oficial, quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo, devendo o laudo médico estabelecer rigorosa caracterização.

§ 2º Tratando-se de servidor, a invalidez só será atestada pela junta médica oficial, quando, além da exigência constante do § 1º, ficar caracterizada, também, a impossibilidade de ser aplicada a readaptação em outro cargo.

§ 3º Considera-se acidente em serviço as situações tratadas no art. 13 desta Portaria.

§ 4º Considera-se moléstia profissional a que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer-lhe a rigorosa caracterização.

§ 5º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis as seguintes: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS (art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112/90).

§ 6º A aposentadoria por invalidez poderá ser concedida de ofício.

Art. 38. A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo quando a junta médica oficial concluir pela incapacidade definitiva para o exercício do cargo.

§ 1º No caso dos Membros da Instituição, não terá efeito interruptivo do prazo fixado no caput o período de exercício das funções inferior a trinta dias (art. 231, § 5º da Lei Complementar nº 75/93).

§ 2º No caso de moléstia passível de controle, a junta médica oficial poderá fixar prazo para o Membro ou o Servidor apresentar-se à junta para nova avaliação médica.

§ 3º Para os fins do caput deste artigo, serão consideradas apenas as licenças motivadas pela enfermidade ensejadora da invalidez ou doenças correlacionadas. (art. 188, § 4º, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).

Art. 39. A critério da Administração, o servidor aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram a aposentadoria. (art. 188, § 5º, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Art. 40. O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato de aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença (art. 188, § 3º, da Lei nº 8.112/90).

Art. 41. A competência para concessão de aposentadoria por invalidez aos Membros e Servidores do Ministério Público do Trabalho é do Procurador-Geral do Trabalho, devendo o requerimento ser acompanhado de laudo do médico assistente, se houver, emitido há no máximo 30 (trinta) dias, e de exames complementares, se realizados.

Parágrafo único. Ao ser remetido à Procuradoria Geral do Trabalho, o processo de aposentadoria por invalidez deverá estar instruído com o respectivo laudo da junta médica oficial local.

Art. 42. O Membro ou o Servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço, se acometido de qualquer das moléstias especificadas no art. 186, § 1º da Lei nº 8.112/90 (art. 37, § 5º desta Portaria) e, por esse motivo, for considerado inválido por junta médica oficial passará a perceber provento integral, calculado com base no fundamento legal de concessão da aposentadoria. (art. 190, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).

**CAPÍTULO III
REVERSÃO**

Art. 43. O Servidor que, tendo sido aposentado por invalidez, recuperar a plena capacidade laborativa, retornará à atividade, após terem sido declarados insubsistentes, por Junta Médica Oficial, os motivos da aposentadoria (art. 25 e seguintes da Lei nº 8.112/90).

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o Servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Art. 44. O requerimento deverá ser acompanhado de laudo do médico assistente, se houver, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias, e de exames complementares, se realizados.

Parágrafo único. Ao ser remetido à Procuradoria Geral do Trabalho, o processo de reversão deverá estar instruído com o respectivo laudo da junta médica oficial local.

Art. 45. No caso de reversão, a pedido, de Servidor estável, aposentado voluntariamente nos cinco anos antecedentes, o retorno à atividade somente será deferido àquele que, em prévia inspeção médica, for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

**CAPÍTULO IV
READAPTAÇÃO**

Art. 46. Readaptação é a investidura do Servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção por junta médica oficial (art. 24 da Lei nº 8.112/90).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Art. 47. A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga (art. 24, § 2º, da Lei nº 8.112/90).

Art. 48. A junta médica oficial poderá solicitar o auxílio de assistente social para a indicação do(s) cargo(s) em que o servidor poderá ser readaptado.

Art. 49. A competência para autorizar a readaptação é do Procurador-Geral do Trabalho, devendo o requerimento ser acompanhado de laudo do médico assistente, se houver, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias, e de exames complementares, se realizados.

Parágrafo único. Ao ser remetido à Procuradoria Geral do Trabalho, o processo de readaptação deverá estar instruído com o respectivo laudo da junta médica oficial local.

**CAPÍTULO V
REMOÇÃO POR MOTIVO DE SAÚDE**

~~**Art. 50.** O Membro ou o Servidor poderá ser removido a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, por motivo de saúde dele próprio, do cônjuge, do companheiro ou de dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial (art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea “b” da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 287 da Lei Complementar nº 75/93).~~

Art. 50. O Membro ou Servidor poderá ser removido a pedido, mediante requerimento específico, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, por motivo de saúde dele próprio, do cônjuge, do companheiro ou de dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial (art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea “b” da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 287 da Lei Complementar nº 75/93)”. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

Parágrafo único - É desnecessária a juntada de documentos médicos (atestados, laudos ou pareceres médicos) ao requerimento de remoção por motivo de saúde apresentado à Administração, os quais deverão ser apresentados tão somente à Junta Médica, em data a ser fixada pela Administração após o recebimento do requerimento de remoção por motivo de saúde apresentado por servidor ou membro. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

~~**Art. 51.** O requerimento e o laudo da junta médica oficial deverão mencionar:~~

- ~~I – as razões objetivas para a remoção;~~
- ~~II – os benefícios, do ponto de vista médico, que advirão da remoção, com justificativas detalhadas;~~
- ~~III – se a localidade onde reside o paciente é prejudicial à sua recuperação ou agravante de seu estado de saúde, bem como as justificativas médicas para a necessidade de mudança de domicílio;~~



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

~~IV - algumas cidades brasileiras que atenderiam às prescrições médicas, na hipótese de necessidade de mudança de domicílio do paciente, com especificações dos motivos de cada indicação;~~

~~V - se a mudança de domicílio tem caráter permanente ou temporário.~~

Art. 51: O laudo da junta médica oficial deverá mencionar: (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

I - as razões objetivas para a remoção; (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

II - os benefícios, do ponto de vista médico, que advirão da remoção, com justificativas detalhadas; (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

III - se a localidade onde reside o paciente é prejudicial à sua recuperação ou agravante de seu estado de saúde, bem como as justificativas médicas para a necessidade de mudança de domicílio; (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

IV - algumas cidades brasileiras que atenderiam às prescrições médicas, na hipótese de necessidade de mudança de domicílio do paciente, com especificações dos motivos de cada indicação; (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

V - se a mudança de domicílio tem caráter permanente ou temporário. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

Art. 52. Caso a remoção tenha caráter temporário, a junta médica deverá estabelecer prazo para nova avaliação médica.

Parágrafo único. O setor de recursos humanos de cada unidade convocará o interessado para nova avaliação, no momento próprio.

Art. 53. Quando a remoção for motivada por problemas de saúde de familiar, a junta médica deverá solicitar a avaliação do caso por assistente social.

Art. 54. No caso de remoção por motivo de saúde de servidor ou dos parentes citados no art. 50, quando se tratar de situação definitiva que não enseje nova avaliação pela junta médica, conceder-se-á lotação provisória até o surgimento de vaga na unidade de destino, quando se converterá em remoção definitiva, se ainda persistir o motivo ensejador quando do surgimento de vaga (art. 1º, § 1º da Portaria PGR nº 424/2013)

Art. 55. A competência para concessão da remoção é do Procurador-Geral do Trabalho, no tocante aos Membros, e do Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no tocante aos Servidores, devendo o requerimento ser acompanhado de laudo do médico assistente, se houver, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias, e de exames complementares, se realizados.

Parágrafo único. Ao ser remetido à Procuradoria Geral do Trabalho, o processo de remoção por motivo de saúde deverá estar instruído com o requerimento do interessado e o respectivo laudo da junta médica oficial local.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**CAPÍTULO VI
ISENÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 56. São isentos do Imposto sobre a Renda os proventos de aposentadoria motivadas por acidente em serviço, e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional e das seguintes doenças: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma. (Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 6º, inciso XIV, com redação atribuída pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004).

Art. 57. São também isentos do Imposto sobre a Renda, os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário deste rendimento for portador das doenças relacionadas no art. 56 desta Portaria, exceto as decorrentes de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão (art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992).

Art. 58. Para efeito do reconhecimento da isenção, a moléstia deverá ser comprovada mediante laudo pericial emitido por junta médica oficial composta por, no mínimo, dois médicos (art. 30, caput da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995).

Art. 59. No caso de moléstias passíveis de controle, a junta médica oficial fixará o prazo de validade do laudo pericial. (art. 30, § 1º, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995), devendo o Departamento de Recursos Humanos convocar o beneficiário para nova perícia no momento próprio.

Art. 60. A contribuição previdenciária estabelecida em lei incidirá apenas sobre as parcelas de proventos e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante (Art. 40, § 21 da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 47/2005).

Art. 61. O ato de concessão de aposentadoria por invalidez deverá fazer menção às isenções de que trata este capítulo, se for o caso.

Art. 62. A competência para concessão da isenção é do Procurador-Geral do Trabalho, no tocante aos Membros, e do Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no tocante aos Servidores, devendo o requerimento ser acompanhado de laudo do médico assistente, se houver, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias, e de exames complementares, se realizados.

Parágrafo único. Ao ser remetido à Procuradoria Geral do Trabalho, o processo de isenção deverá estar instruído com o respectivo laudo da junta médica oficial local.

**CAPÍTULO VII
INCIDENTE DE SANIDADE MENTAL**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Art. 63. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental de Membro ou de Servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar, a autoridade competente, mediante pedido da comissão processante, o submeterá a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra (art. 160 da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 287 da Lei Complementar nº 75/93).

Parágrafo único. O incidente será processado em autos apartados e apensado ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 64. A junta médica oficial deverá responder aos quesitos formulados pela comissão de processo administrativo disciplinar, bem como acrescentar quaisquer esclarecimentos pertinentes ao assunto, devendo, ao final, apresentar, fundamentadamente, relatório e laudo pericial conclusivo.

Art. 65. Fica assegurado ao Membro e ao Servidor o direito de comparecer à inspeção acompanhado de médicos de sua confiança, os quais poderão formular quesitos e fazer a defesa do indiciado perante a junta médica oficial, podendo juntar ao incidente, ainda, quaisquer documentos pertinentes para apreciação da junta.

Art. 66. O processo administrativo disciplinar ficará sobrestado, a partir da instauração do incidente, até a apresentação do laudo pericial pela junta médica oficial, ficando suspenso, nesse período, o prazo para sua conclusão, cuja contagem será retomada pelo tempo que faltar, após a apresentação do laudo.

Art. 67. A instauração do incidente compete à autoridade que houver instaurado o processo administrativo disciplinar.

**CAPÍTULO VIII
HORÁRIO ESPECIAL**

Art. 68. Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, bem como àquele que tenha sofrido limitações em sua capacidade laborativa, a ser cumprido no período das 7h às 21h, independentemente de compensação, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, sem prejuízo da remuneração (art. 98, § 2º da Lei nº 8.112/90 c/c art. 17 da Portaria PGR nº 707/2006, alterado pela Portaria PGR nº 568/2007).

§ 1º Estende-se ao servidor que tenha cônjuge ou companheiro, filho ou enteado ou dependente portador de deficiência o disposto no caput deste artigo, exigindo-se, nesse caso, a compensação de horário (art. 98, § 3º da Lei nº 8.112/90 c/c art. 17 da Portaria PGR nº 707/2006, alterado pela Portaria PGR nº 568/2007).

§ 2º O requerimento do Servidor deverá ser acompanhado do atestado emitido por médico assistente, se houver, indicando a necessidade alegada, e de exames complementares, se realizados.

Art. 69. A competência para a concessão do horário especial é do Diretor-Geral, no caso dos Servidores lotados na Procuradoria Geral do Trabalho e do Procurador-Chefe, no caso daqueles lotados nas demais Procuradorias Regionais do Trabalho.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Art. 70. O Diretor do Departamento de Recursos Humanos poderá conceder horário especial, independentemente de compensação de horário, quando não houver a necessidade de afastamento integral das atividades do cargo, mediante comprovação por junta médica oficial, desde que cumpridos os requisitos exigidos para a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família.

CAPÍTULO IX
INVALIDEZ DE DEPENDENTES

Art. 71. A constatação de invalidez de dependentes de Membros e de Servidores, para efeito de percepção de benefícios previdenciários e assistenciais, será feita por junta médica oficial, mediante a emissão de laudo médico pericial.

Art. 72. São considerados beneficiários da pensão temporária as seguintes pessoas inválidas (art. 217 da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 287 da Lei Complementar nº 75/93):

- I** – Os filhos ou enteados, enquanto durar a invalidez;
- II** – O irmão, enquanto durar a invalidez, que comprove dependência econômica do Membro ou do Servidor;
- III** – A pessoa designada que viva na dependência econômica do Membro ou do Servidor, enquanto durar a invalidez.

Art. 73. A critério da Administração, o beneficiário de pensão temporária motivada por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram a concessão do benefício. (art. 222, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112/90 com redação dada pela Lei nº 11.907/09).

Art. 74. Podem ser considerados como dependentes, para efeito de abatimento no imposto de renda na fonte, as seguintes pessoas (art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995):

- I** – a filha, o filho, a enteada, ou o enteado de qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- II** – o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 (vinte e um) anos, desde que o Membro ou o Servidor detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- III** – o absolutamente incapaz, do qual o Membro ou o Servidor seja tutor ou curador.

Art. 75. A inclusão de beneficiários inválidos na condição de dependentes no PLAN-ASSISTE observará o regramento próprio do Programa.

Art. 76. O auxílio-pré-escolar poderá ser concedido e será mantido para os dependentes que tiverem deficiência mental ou intelectual, comprovada por junta médica, independentemente da idade cronológica (art. 1º, § 3º, da Portaria PGR nº 629/2011).

Art. 77. O ato administrativo de reconhecimento da invalidez será baixado pela mesma autoridade que detiver competência para conceder o benefício previdenciário ou assistencial, mediante a comprovação por junta médica oficial.

CAPÍTULO X



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

EXAMES ADMISSIONAIS

Art. 78. Somente será empossado em cargo da carreira do Ministério Público do Trabalho ou da carreira de apoio técnico do Ministério Público da União, ou ainda, em cargo em comissão, aquele que for considerado apto física e mentalmente para o exercício do cargo (art. 14 da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 287 da Lei Complementar nº 75/93).

Parágrafo único. A inspeção médica para fins de posse será realizada por médico/analista pericial em medicina/medicina do trabalho do Ministério Público do Trabalho ou de órgão ou de entidade conveniada, ou ainda, de pessoa jurídica contratada.

Art. 79. Após a realização da inspeção médica do candidato, a Procuradoria Regional do Trabalho deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos da PGT, conjuntamente, o termo de posse, os documentos cadastrais do candidato e o laudo médico oficial, confirmando a aptidão para o exercício das atribuições do cargo, devendo ficar arquivados na própria Unidade os exames que subsidiaram a conclusão da inspeção médica.

Art. 80. A verificação da documentação e a declaração de aptidão para o cargo será realizada na unidade de lotação do servidor, devendo ser dada especial atenção para os documentos que podem vir a ser impeditivos à posse.

Art. 81. O candidato nomeado para exercer suas atribuições em localidade diversa da cidade onde reside, poderá entregar os exames e realizar a inspeção médica na Procuradoria Geral do Trabalho ou na Procuradoria Regional do Trabalho mais próxima, ficando a área de recursos humanos encarregada de remeter o laudo médico oficial e os demais documentos cadastrais do candidato para a unidade de lotação do servidor.

Art. 82. O Departamento de Recursos Humanos da PGT não fará a análise prévia dos exames médicos referentes aos servidores que serão lotados em Procuradoria Regional do Trabalho ou Procuradoria do Trabalho em Municípios, nem encaminhará a informação de que o servidor está em condições de tomar posse, pois essa análise será realizada na própria Unidade.

**CAPÍTULO XI
JUNTAS MÉDICAS**

Art. 83. Funcionará na Procuradoria Geral do Trabalho e em cada Procuradoria Regional do Trabalho uma Junta Médica Oficial, composta de dois médicos, no mínimo, que ficará encarregada de se manifestar em todos os casos em que o Membro ou o Servidor necessitar de perícia, avaliação ou inspeção por junta médica oficial.

§ 1º Caso haja opiniões discordantes, será designado um terceiro perito para promover o desempate.

§ 2º Para os casos de aposentadoria por invalidez, reversão e incidente de sanidade mental, a junta deverá ser composta por 3 (três) médicos.

§ 3º Os analistas periciais em medicina/medicina do trabalho poderão ser designados para compor a junta médica oficial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

§ 4º Se possível, o ato de constituição da junta designará suplentes, os quais atuarão nos afastamentos e impedimentos dos titulares.

§ 5º A Junta Médica Oficial, sempre que julgar necessário, poderá requisitar a atuação de outros profissionais especializados, inclusive psicólogo, odontólogo e assistente social integrantes do quadro do Ministério Público do Trabalho ou de outros órgãos ou entidades convidados ou, ainda, de pessoa jurídica contratada.

§ 6º A Junta Médica Oficial da Procuradoria Geral do Trabalho atenderá aos Membros e Servidores lotados na Unidade, seus dependentes, e, também, aos lotados na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, e, excepcionalmente, aos lotados nas demais Procuradorias Regionais do Trabalho, emitindo o respectivo laudo pericial.

§ 7º Os Membros e Servidores lotados nas demais Procuradorias Regionais ou nas Procuradorias do Trabalho nos Municípios, bem como seus respectivos dependentes serão atendidos, quando for o caso, pela Junta Médica Oficial da Unidade, ou de órgão ou de entidade conveniada, ou ainda, de pessoa jurídica contratada, para exame e emissão do respectivo laudo pericial, que será submetido à supervisão da Junta Médica Oficial da Procuradoria Geral do Trabalho, na forma especificada no art. 84 desta Portaria.

§ 8º Poderão ser criadas juntas médicas no âmbito das Procuradorias do Trabalho nos Municípios.

§ 9º A Junta Médica Oficial da Procuradoria Geral do Trabalho será designada por ato do Procurador-Geral do Trabalho e as juntas médicas oficiais das demais Unidades do Ministério Público do Trabalho serão designadas pelo respectivo Procurador-Chefe.

~~**Art. 84.** A Junta Médica Oficial da Procuradoria Geral do Trabalho exercerá, ainda, as atribuições de coordenação e supervisão das juntas médicas oficiais regionais, locais, conveniadas e contratadas, competindo-lhe:~~

~~**I** – emitir parecer concordando ou não com os termos do exame médico pericial e orientando a autoridade competente para decidir quanto ao enquadramento do caso à legislação aplicável;~~

~~**II** – enviar sugestões à junta médica que realizou a perícia, visando solucionar problemas detectados no exame médico pericial;~~

~~**III** – sugerir que o paciente seja submetido a nova junta médica, no caso de não acatamento das sugestões, ou proceder a um novo exame médico pericial, e emitir parecer final sobre o caso.~~

Art. 84. A Junta Médica Oficial da Procuradoria Geral do Trabalho exercerá, ainda, as atribuições de coordenação e supervisão das juntas médicas oficiais regionais, locais, conveniadas e contratadas, competindo-lhe (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015):

I – emitir parecer concordando ou não com os termos do exame médico pericial e orientando a autoridade competente para decidir quanto ao enquadramento do caso à legislação aplicável; (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

II – enviar sugestões à junta médica que realizou a perícia, visando solucionar problemas detectados no exame médico pericial; (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

III – sugerir que o paciente seja submetido a nova junta médica, no caso de não acatamento das sugestões, ou proceder a um novo exame médico pericial, e emitir parecer final sobre o caso. (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

§1º - a Junta Médica da PGT, após a homologação do Laudo Médico elaborado pela Junta Médica local, deverá elaborar Laudo Médico, com linguagem clara e objetiva, que subsidiará a decisão da autoridade competente acerca do pedido formulado por servidor ou membro; (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

§2º - A autoridade competente para decidir sobre o requerimento apresentado por membro ou servidor poderá formular quesitos à Junta Médica da PGT para resposta em até 15 (quinze) dias, com o intuito de esclarecer eventuais dúvidas porventura existentes sobre o Laudo Médico por ela elaborado. (INCLUÍDO PELA PORTARIA PGT Nº 320, DE 18 DE MAIO DE 2015)

Art. 85. Não sendo possível a formação de junta médica oficial com médicos ou analistas periciais em medicina/trabalho do Ministério Público do Trabalho, em razão da inexistência ou insuficiência de profissionais habilitados, a junta poderá ser composta por médicos ou médicos-peritos de outros órgãos ou entidades.

Art. 86. Na impossibilidade de formação de junta médica com membros permanentes, o Diretor-Geral, no âmbito da PGT, e o Procurador-Chefe, no âmbito das Regionais, poderão designar junta ad hoc, para atendimento de situações específicas, as quais poderão ser compostas de médicos e analistas periciais em medicina do Ministério Público do Trabalho ou de outros órgãos ou entidades.

Art. 87. Os médicos, os analistas periciais e as juntas médicas oficiais das Unidades Administrativas do MPT poderão prestar atendimento a Membro ou a Servidor de outra Unidade Administrativa, inclusive aos seus dependentes, mediante a concordância das chefias das unidades envolvidas.

Art. 88. As Unidades Administrativas do MPT poderão baixar portaria conjunta para atender as situações descritas nesta Portaria.

Art. 89. Na impossibilidade, devidamente comprovada, de formação de junta médica com médicos ou analistas periciais em medicina do Ministério Público do Trabalho, ou mediante convênio (capítulo XII), a Unidade Administrativa do MPT adotará o procedimento indicado no capítulo XIII desta Portaria, que trata da contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços nesta área.

CAPÍTULO XII CONVÊNIOS

Art. 90. As Unidades Administrativas do MPT que não disponham de Analista de Saúde (médico) lotado na Unidade, ou que não disponham desses profissionais em quantidade suficiente, deverão celebrar convênios com unidades de atendimento do sistema público de saúde, com



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública, com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou ainda, com órgãos ou entidades públicas federais, estaduais ou municipais (Art. 230, caput e § 1º, da Lei nº 8.112/90).

Parágrafo único. O convênio deverá ser celebrado, preferencialmente, com órgãos ou entidades federais, admitindo-se, entretanto, na impossibilidade, sua celebração com órgãos ou entidades estaduais, municipais, ou entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública, nesta ordem.

Art. 91. Os convênios serão assinados pelo Diretor-Geral, no âmbito da PGT, pelo Procurador-Chefe, no âmbito das Procuradorias Regionais, e pela autoridade competente do órgão ou entidade conveniada, e deverão prever o atendimento médico, mediante perícia singular ou por junta médica oficial, às situações previstas nesta Portaria.

§ 1º Caso a Unidade Administrativa do MPT disponha de algum médico na sua lotação, o convênio poderá ser celebrado apenas para atender as situações em que haja necessidade de manifestação de junta médica oficial, ou para as situações em que o médico da Unidade esteja afastado do cargo ou impedido.

§ 2º As Unidades Administrativas do MPT poderão celebrar convênio com mais de um órgão ou entidade, se necessário.

Art. 92. Os convênios deverão prever que o Ministério Público do Trabalho disponibilizará o transporte necessário ao deslocamento dos médicos e o pagamento de diárias, quando houver necessidade de deslocamento da sede para periciar o paciente.

Art. 93. Os convênios não poderão instituir quaisquer ônus para o Ministério Público do Trabalho, salvo aqueles mencionados no art. 92 desta Portaria.

**CAPÍTULO XIII
CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Art. 94. Na impossibilidade, devidamente justificada, de celebração de convênios na forma especificada no capítulo XII desta Portaria, as Unidades Administrativas do MPT poderão promover a contratação de empresa prestadora de serviço, que designará médico ou junta médica específica para tratar dos casos especificados nesta Portaria (Art. 230, § 2º da Lei nº 8.112/90).

§ 1º A pessoa jurídica contratada constituirá junta médica para atender os casos especificados nesta Portaria, quando for caso, indicando os nomes e especialidades dos seus integrantes, com a comprovação de suas habilitações e de que não estejam respondendo a processo disciplinar junto à entidade fiscalizadora da profissão (art. 230, § 2º, da Lei nº 8.112/90).

§ 2º O processo de contratação deverá estar instruído com documentos que comprovem a impossibilidade de celebração de convênios com outros órgãos ou entidades.

§ 3º A contratação será feita nos termos da Lei nº 8.666/93 e dependerá da disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO XIV



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

DO PESSOAL SEM VÍNCULO, REQUISITADO, E CEDIDO

Art. 95. Os servidores sem vínculo efetivo com a União estão submetidos ao Regime Geral da Previdência Social, não fazendo jus aos benefícios previdenciários do Plano de Seguridade Social do Servidor Público instituído pelo art. 183 da Lei nº 8.112/90.

§ 1º Durante os primeiros quinze dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe ao Ministério Público do Trabalho pagar ao segurado mencionado no caput a sua remuneração (art. 75 do Decreto nº 3.048, de 06.05.1999).

§ 2º Quando o afastamento ultrapassar quinze dias consecutivos, o segurado deverá solicitar o benefício cabível junto ao Instituto Nacional do Seguro Social.

§ 3º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro de sessenta dias contados da cessação do benefício anterior, o Ministério Público do Trabalho fica desobrigado do pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, descontando-se os dias trabalhados, se for o caso. (art. 75, § 3º, do Decreto nº 3.048/99).

Art. 96. A concessão das licenças tratadas nesta Portaria aos servidores requisitados será feita pelo Ministério Público do Trabalho, devendo o Departamento de Recursos Humanos encaminhar, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente, a frequência mensal do servidor, contendo as ocorrências verificadas no mês.

Parágrafo único. Caso o servidor requisitado seja regido pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS a homologação dos atestados médicos e a concessão das licenças cabíveis deverão ser efetuadas pelo órgão ou entidade cedente.

Art. 97. A concessão das licenças previstas nesta Portaria aos Membros e aos Servidores do Ministério Público do Trabalho que estejam cedidos para outros órgãos será feita pelo órgão cessionário, devendo ser encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos, mensalmente, a frequência do servidor, contendo as ocorrências verificadas no mês.

**CAPÍTULO XV
DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 98. Os atestados, relatórios, laudos e exames médicos, bem como os respectivos processos, tramitarão entre os setores administrativos do Ministério Público do Trabalho em caráter confidencial, dentro de envelopes fechados, e as informações neles contidas deverão ser apresentadas exclusivamente às autoridades que delas necessitem para emitir parecer conclusivo, para decidir ou para executar a decisão.

Art. 99. Os elementos médicos apurados no exame médico pericial deverão ser registrados no laudo em linguagem clara, objetiva e adequada, não podendo conter:

- I** – insuficiência ou imprecisão nos dados;
- II** – incoerência ou dúvida entre os dados sintomáticos e o diagnóstico firmado;
- III** – indecisão ou dúvida do perito;
- IV** – espaços em branco ou traços; em lugar destes, deverão ser usadas expressões que traduzam, se for o caso, a ausência de normalidade;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

V – diagnósticos não relacionados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na Classificação Internacional de doenças (CID-10).

Art. 100. O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou à natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidentes em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas em lei (art. 205 da Lei nº 8.112/90).

Art. 101. As Unidades do MPT deverão celebrar os convênios previstos no capítulo XII, ou a contratação prevista no capítulo XIII.

Art. 102. Entende-se por Unidade, para os fins desta Portaria, a Procuradoria Geral do Trabalho, as Procuradorias Regionais do Trabalho e as Procuradorias do Trabalho nos Municípios.

Art. 103. Ficam aprovados os modelos de formulários constantes dos Anexos I (REQUERIMENTO DE LICENÇA), II (LAUDO DE JUNTA MÉDICA OFICIAL – PGT), III (LAUDO DE JUNTA MÉDICA OFICIAL PRTs), IV (RELAÇÃO DE ATESTADOS HOMOLOGADOS-MÊS-ANO), V (RELAÇÃO DE ATESTADOS AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO-MÊS-ANO) e VI (PARECER ESPECIALIZADO), ficando o Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho autorizado a alterar esses formulários ou implantar outros se assim considerar necessário.

Art. 104. Esta Portaria entrará em vigor no dia de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 499, de 23 de novembro de 2004, a Portaria nº 75, de 16 de março de 2005, a Portaria nº 480, de 1º de dezembro de 2006 e a Portaria nº 274, de 13 de agosto de 2008.

Publique-se.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Procurador-Geral do Trabalho



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL	90004/2026
PROCESSO	20.02.0900.0000298/2024-97

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

À Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região

DADOS OBRIGATÓRIOS	PREENCHIDOS PELO LICITANTE
Razão Social:	
CNPJ/MF:	
Endereço:	
CEP:	
Cidade/UF:	
Telefone/celular:	
E-mail:	
Representante Legal:	
CPF:	
CRM:	

Proposta para prestação do serviço descrito no objeto do Termo de Referência deste Aviso:

item único	quant.	unid.	descrição do serviço	valor máximo aceitável	valor unitário
1	1	serv	Perícia médica — homologação de atestado médico	R\$ 560,00	R\$ _____
2	1	serv	Laudo por Junta Médica Oficial	R\$ 1.999,00	R\$ _____
TOTAL					

Declaramos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência.

Local, ____ de ____ de _____.

Assinatura do representante legal da empresa



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL	90004/2026
PROCESSO	20.02.0900.0000298/2024-97

ANEXO III

DECLARAÇÕES DIVERSAS
(MODELO)

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a), Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na Pregão Eletrônico nº _____/_____, realizado pela Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, DECLARA:

() Que atende aos critérios de **sustentabilidade ambiental**, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, especialmente quanto ao art. 6º da referida instrução.

() Que atende a obrigação de **reserva legal de cargos para pessoa com deficiência**, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

() Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de **combate à discriminação**, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe: a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010.

() Não explorar o **trabalho infantojuvenil**, em atenção ao que dispõe o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988; o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), a Lei nº 8.069/1990 (ECA) e o Decreto nº 6.841/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

() Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à **discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo**, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

() Que os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **NÃO são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau**, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União conforme dispõem os Arts. 3º e 4º da Resolução CNMP nº 37/2009 e a Súmula Vinculante nº 13 do STF.

() Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

() Que, no ano-calendário de realização da presente dispensa eletrônica, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de **enquadramento como empresa de pequeno porte**.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de ____ de ____.

Assinatura e nome do representante da empresa licitante



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL	90004/2026
PROCESSO	20.02.0900.0000298/2024-97

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ⁵

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
_____/_____/_____
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO
FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA
PROCURADORIA REGIONAL DO
TRABALHO DA 9ª REGIÃO, E A EMPRESA
_____.

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, com Sede na Avenida Vicente Machado, 84, Centro, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF 26.989.715/0040-19, neste ato representada por seu PROCURADOR-CHEFE, _____, nomeado pela Portaria nº, de ____/____/_____, publicada no DOU de ____/____/_____, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa _____, com sede na Rua _____, em _____ (Cidade/Estado), inscrita no CNPJ/MF _____, doravante denominada CONTRATADA, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo de Gestão Administrativa PGEA nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do (Pregão/Dispensa) _____ nº ____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço, sob demanda, de perícia médica, junta médica oficial de membros, servidores lotados na Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região nos municípios de _____ (Curitiba, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama), além de seus familiares ou outras pessoas eventualmente encaminhadas pela CONTRATANTE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na Portaria PGT nº 312/2014 (Anexo I-C do Termo de Referência) e neste Contrato.

1.2. Itens:

item único	catser	unid	descrição do serviço	valor unitário
1.1	8818	serv	Perícia médica — homologação de atestado médico	R\$ _____
1.2	8818	serv	Laudo por Junta Médica Oficial	R\$ _____
Valor Total:				

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência.

1.3.2. Edital da Licitação

⁵ Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta - Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133/2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação. Atualização: DEZ/2025



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação.

2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. Os valores unitários dos serviços contratados são os seguintes:

5.1.1. Perícia médica — homologação de atestado médico: R\$ _____ (_____) e

5.1.2. Laudo por Junta Médica Oficial: R\$ _____ (____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, deslocamento, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.8. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado.

8.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA.

8.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA.

8.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.

8.8.5. demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação.

8.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- 9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.30. Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A CONTRATADA deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.13. Para os fins deste instrumento, a CONTRATANTE atuará como controladora dos dados pessoais, e a CONTRATADA como operadora, realizando o tratamento de dados pessoais, inclusive dados pessoais sensíveis relativos à saúde, estritamente de acordo com as instruções da CONTRATANTE e para atendimento exclusivo do objeto contratual.

10.14. A CONTRATADA compromete-se ainda a:

10.14.1. tratar os dados pessoais apenas para a finalidade específica de execução das perícias e juntas médicas, vedada a utilização para quaisquer outros fins;

10.14.2. adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas;

10.14.3. assegurar que o acesso aos dados pessoais seja restrito aos seus empregados, prepostos e profissionais diretamente envolvidos na execução contratual, todos sujeitos a dever de confidencialidade;

10.14.4. manter sigilo absoluto sobre as informações a que tiver acesso, inclusive após o término da vigência contratual;

10.14.5. comunicar formalmente à CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados;

10.14.6. não compartilhar dados pessoais com terceiros, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE ou nas hipóteses legalmente previstas;

10.15. A CONTRATADA responderá pelos danos decorrentes do tratamento de dados pessoais realizado em desconformidade com a legislação ou com as instruções da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

10.16. O tratamento de dados pessoais sensíveis deverá observar rigorosamente os requisitos legais, sendo vedado qualquer uso discriminatório ou incompatível com a finalidade das perícias médicas.

10.17. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações, documentos ou realizar auditorias para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de contratação por demanda sem necessidade de mão de obra residente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.⁶

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

⁶ Conforme PARECER nº 00061/2024/DECOR/CGU/AGU (NUP: 00688.001623/2024-01), da Consultoria-Geral da União.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

15.1.1. Gestão/Unidade: 0001/200054

15.1.2. Fonte de Recursos: 1000000000

15.1.3. Programa de Trabalho: 172168

15.1.4. Elemento de Despesa: 33903964

15.1.5. Plano Interno: DEFESA 1 / DEFESA 2

15.1.6. Nota de Empenho: _____

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Curitiba/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Local, ____ de ____ de ____.

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADA

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF: